



**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E AMAZÔNIA - CINDRA**

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2013.
(Do Sr. Giovanni Queiroz)

Requer que seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega para prestar esclarecimentos sobre as informações repassadas à Presidência da República que embasaram a Mensagem de Veto Total nº 505, de 12 de novembro de 2013, ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2002, do Senado, que trata da regulamentação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. que, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e no forma do art. 219, § 1º, do RICD, que ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para convocar o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega para prestar esclarecimentos sobre as informações repassadas à Presidência da República que embasaram a Mensagem de Veto Total nº 505, de 12 de novembro de 2013, ao Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2002, do Senado, que trata da regulamentação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Com este Requerimento de Convocação, se objetiva oportunizar ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, esclarecer os motivos que o levaram a informar que a criação de novos municípios seria uma medida que:

“... permitirá a expansão expressiva do número de municípios no País, resultando em aumento de despesas com a manutenção de sua estrutura administrativa e representativa. Além disso, esse crescimento de despesas não será acompanhado por receitas equivalentes, o que impactará negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica. Por fim, haverá maior pulverização na repartição dos recursos do Fundo de Participação dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado GIOVANNI QUEIROZ – PDT/PA

Municípios – FPM, o que prejudicará principalmente os municípios menores e com maiores dificuldades financeiras.”

Ressalto que esta manifestação causou grande surpresa, pois a argumentação apresentada pelo Ministério da Fazenda, é conflitante, principalmente com a prática do governo de aumento expressivo do número de Ministérios, e conseqüentemente, de cargos em comissão. Diga-se de passagem que muitos destes, são Secretárias Especiais com status de Ministério, o que serve apenas para aumentar as despesas públicas.

Assim, ele poderá nos brindar com a explicação de que modo se impactará negativamente a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica com a criação de cerca de 100 ou 200 municípios, a despeito dos gastos necessários para a manutenção de 39 Ministérios.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2013.

GIOVANNI QUEIROZ
Deputado Federal

18DD74614
18DD74614